

▶▶▶ Continuação da página 21

JU – Os operários tiveram um papel importante nas manifestações de 68. Contudo, viu-se depois, muitas das conquistas caíram no limbo. A flexibilização, o desemprego e o discurso (predominante) das estruturas enxutas acabaram prevalecendo, esvaziando sobremaneira o papel dos sindicatos, sobretudo a partir dos anos 90. O que ocorreu?

Renato Ortiz – Eu faria novamente a distinção entre o 68 francês e o brasileiro. No caso francês, os atores principais da revolta – os estudantes – tinham a ilusão de eliminar os sindicatos da luta política e romanticamente pensavam estabelecer uma relação “sem intermediários” entre os ideais da revolta e o “povo”. Não se deve esquecer: lutava-se também contra as lideranças comunistas e sindicais. Elas teriam se “aburguesado”. No Brasil, o movimento sindical, após o golpe de 64, foi desmantelado pelo governo autoritário. Em 68 os estudantes pretendiam estar juntos com o que restava do movimento sindical na sua luta contra a intransigência ditatorial. A questão da flexibilização do trabalho é de outra natureza. Ela diz respeito às transformações estruturais do mundo do trabalho, e dificilmente poderiam ser imediatamente associadas ao quadro político da época.

JU – Há quem defenda a tese de que o capitalismo não apenas mimetizou muitas das bandeiras anticapitalistas do movimento como soube usá-las para causar uma espécie de “entorpecimento” de uma sociedade que teria caminhado a passos largos para o individualismo – e, não raro, para o conservadorismo. O senhor concorda com essa tese?

Renato Ortiz – Eu desconfio das teses que situam as transformações históricas, para falar como os marxistas, apenas na “superestrutura” da sociedade. Maio de 68, principalmente o francês, tinha um forte elemento existencialista, ou seja, individual. O Ser da revolta era um Eu que não queria resignar-se à ordem institucional estabelecida – da família ao partido. Mas ele diferia do existencialismo tipo sartriano. A revolta era individual, porém, somente poderia se manifestar como algo coletivo. Foi esta junção entre indivíduo e sociedade, pessoal e coletivo, que tornou a explosão fascinante, e de uma certa forma inédita.

O individualismo da sociedade de consumo tem traços em comum com a revolta anterior. Não se pode negar isso. Um deles diz respeito ao uso da dimensão simbólica na esfera da política. Mas não nos esqueçamos: 68 paralisou todo um país, mobilizou intelectuais, artistas, operários, o governo e as forças policiais, o que é distinto de uma festa rave na qual após a descarga frenética das emoções individuais, todos retornam ao lar.

JU – Uma das bandeiras de 1968 era o discurso contra a sociedade de consumo – em última instância contra a “mercadorização”. Porém, o mercado – e conseqüentemente o consumo – avançou sobre todos os quadrantes do planeta. O que deu errado?

Renato Ortiz – Se pensarmos que Maio de 68 tinha uma proposta política, certamente diríamos: algo deu errado. Mas creio que 68 não continha nada desta natureza. Tratava-se, como diziam os franceses, de um “acontecimento”, algo que nos desvendava, não a forma como deveríamos atuar, mas muito mais a idéia de que o “sonho” era possível.

JU – Em que medida, na sua opinião, a globalização pulverizou – ou banalizou – as conquistas pós-68?

Renato Ortiz – A globalização da economia e a mundialização da cultura configuraram uma nova situação na qual se organiza a ordem mundial. Isso tem implicações políticas que vão muito além do tema de 68. A existência de uma modernidade-mundo, na qual operam instituições transnacionais, a emergência de uma esfera planetária do consumo, redimensionam a forma de se fazer e pensar a política – que já não mais se limita ao Estado-nação. Não se trata apenas das “conquistas de 68”, é todo um quadro político que se redefine.

JU – As bandeiras hoje são outras, a começar da própria sobrevivência da espécie, em todas as suas dimensões – na ambiental, nas hordas de imigrantes, no sem número de excluídos, no advento de novas tecnologias (e suas conseqüências) etc. O senhor acredita no advento de um novo 68?

Renato Ortiz – As bandeiras são certamente outras. Há inclusive o surgimento de utopias novas como a Ecologia – embora não me seduzam tanto, malgrado sua importância inconteste – e até mesmo o ressurgimento de esperanças de natureza religiosas. Muito se falou sobre o “fim das utopias”. Eu sempre fui cético em relação a certas posturas intelectuais: “fim” da história, das ideologias, da cultura de massa, da arte, do trabalho. Esse tipo de afirmação tem muito de retórico e pouco de realidade. O que 68 nos ensina é que a ordem social, qualquer que seja ela, nunca é imutável. Nas suas frestas insinuam-se as inconsistências – dizia-se antes, as contradições. Neste sentido, 68 pode ser visto como uma metáfora. Ela é uma janela para o futuro, um espaço no qual se aninharia o indeterminado.

Na opinião da socióloga Maria Ribeiro do Valle, o 1968 brasileiro guarda peculiaridades que o descolam da conjuntura internacional, embora não estivesse totalmente desvinculado de movimentos registrados em outros países, sobretudo na América Latina. A especialista debruçou-se sobre o período. Suas investigações resultaram no livro 1968: o diálogo é a violência – Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil, a ser lançado pela Editora da Unicamp dia 18 durante a Feira do Livro da SBPC. Na obra, a docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp (Araraquara) detém-se nos fatos que causaram o endurecimento do regime militar no país – e a reação subsequente. A morte do estudante Edson Luís, a Sexta-Feira Sangrenta, a Passeata dos Cem Mil, a Guerra da Maria Antônia e o 30º Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, são alguns dos episódios reconstituídos pela professora no livro. Na entrevista que segue, Maria Ribeiro do Valle, que participa de mesa-redonda sobre o tema no dia 18 na SBPC, analisa a conjuntura da época.

Foto: Siarc



O diálogo é a violência

Acima, estudantes da USP deixam o prédio da Maria Antônia, em São Paulo; abaixo, tanque em rua do Rio no dia do golpe: jornais mostram a polícia como a força necessária para a manutenção da ordem

Foto: Agência Estado



Jornal da Unicamp – Quais os fatos que diferenciam e aproximam o 1968 brasileiro da vaga internacional?

Maria Ribeiro do Valle – Acredito que seja preciso desconectar o Brasil da conjuntura internacional para dar a devida importância ao que ocorreu no país. A grande imprensa passou a “comemorar” 1968 a partir do maio francês. Acho essa visão um tanto eurocêntrica, mesmo porque nosso 68 come-

çou em janeiro, com a passeata no restaurante Calabouço, que, em março, seria invadido pela polícia. A invasão resultou no assassinato do estudante Edson Luís, o primeiro da ditadura militar. Cerca de 50 mil pessoas compareceram ao enterro.

Para efeito de comparação, basta dizer que foi o mesmo número de pessoas que participou do enterro de Getúlio Vargas, em 1953. Enfim, era muita gen-

te na rua – e estamos falando numa época de ditadura. O episódio teve uma repercussão muito grande, mobilizando grande parte da sociedade brasileira. Ademais, a morte de Edson Luís é simbólica, já que se torna um marco do movimento estudantil na passagem da luta contra a ditadura na medida em que os estudantes passam a defender a

Continua na página 23 ▶▶▶